

Contribuições do estado da questão na pesquisa sobre política pública, Educação Rural e Educação do Campo

Magda Gisela Cruz dos Santos¹, Conceição Paludo²

^{1, 2} Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Faculdade de Educação. Avenida Paulo Gama, 110, Farroupilha. Porto Alegre - RS. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: magdacs81@yahoo.com.br

RESUMO. Com base em um estudo bibliográfico que investigou a relação entre educação rural, educação do campo e políticas públicas das duas últimas décadas, o presente artigo explicita a importância do Estado da Questão para as pesquisas acadêmicas. Se descreve e reflete sobre suas principais contribuições na delimitação do tema e do objeto de pesquisa, na problematização das questões iniciais e na fundamentação da hipótese. Conclui-se que, além de possibilitar uma visão de totalidade da produção de conhecimento na área em que a pesquisa se insere, a realização do Estado da Questão contribui substantivamente na transição das percepções iniciais sobre o objeto de pesquisa, para um conhecimento sistematizado, com o rigor e a profundidade que caracterizam os conhecimentos científicos.

Palavras-chave: Estado da Questão, Educação Rural e Educação do Campo, Políticas Públicas.

Contributions of the state of the question in research on public policy, Rural Education and Countryside Education

ABSTRACT. Based on a bibliographic study that investigated the relationship between rural education, countryside education and public policies in the last two decades, this article explains the importance of the State of the Question for academic research. It describes and reflects on its main contributions in the delimitation of the theme and the research object, in the problematization of the initial questions and in the foundation of the hypothesis. It is concluded that, in addition to providing a view of the totality of knowledge production in the area in which the research is inserted, the realization of the State of the Question contributes substantially in the transition from initial perceptions about the research object, to systematized knowledge, with the rigor and depth that characterize scientific knowledge.

Keywords. State of the Question, Rural Education and Countryside Education, Public Policy.

Contribuciones del estado de la cuestión en investigación sobre políticas públicas, Educación Rural y Educación del Campo

RESUMEN. Basado en un estudio bibliográfico que investigó la relación entre educación rural, educación del campo y políticas públicas en las últimas dos décadas, este artículo explica la importancia del Estado de la cuestión para la investigación académica. Describe y reflexiona sobre sus principales contribuciones en la delimitación del tema y el objeto de investigación, en la problematización de las preguntas iniciales y en la base de la hipótesis. Se concluye que, además de proporcionar una visión de la totalidad de la producción de conocimiento en el área en la que se inserta la investigación, la realización del Estado de la cuestión contribuye sustancialmente en la transición de las percepciones iniciales sobre el objeto de investigación, al conocimiento sistematizado, con el rigor y la profundidad que caracterizan el conocimiento científico.

Palabras clave: Estado de la Cuestión, Educación Rural y Educación del Campo, Políticas Públicas.

Introdução

O Estado da Questão constitui uma etapa fundamental na apropriação do tema e na delimitação do objeto de estudo em uma pesquisa científica. Trata-se de uma etapa metodológica que permite ao investigador conhecer a condição na qual seu tema ou objeto de estudos se encontra nas pesquisas científicas. Com base no Estado da Questão, é possível que o pesquisador identifique os aspectos que foram exaustivamente investigados sobre seu tema e aqueles que ainda precisam ser aprofundados em investigações futuras.

Como destacam Nóbrega-Therrien e Therrien (2004), esse procedimento constitui uma etapa importante para variados tipos de pesquisa, pois trata-se de um rigoroso levantamento bibliográfico que situa o pesquisador sobre o estado atual de seu objeto ou tema de pesquisa no contexto da produção científica. Dessa forma, os autores diferenciam o Estado da Questão do Estado da Arte ou Estado do Conhecimento que, por sua vez, refere-se às pesquisas que têm como proposição realizar o mapeamento e a discussão sobre a produção científica/acadêmica de um determinado tema em um campo do conhecimento (Ferreira, 2002; Morosini, 2015; Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004).

No mesmo sentido, Ferreira (2002, p. 258) destaca que as pesquisas denominadas

estado da arte apresentam um caráter bibliográfico e em comum possuem o desafio de

... mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tendo que responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (Ferreira, 2002, p. 258).

De acordo com a distinção apresentada, entendemos que a especificidade do Estado da Questão está em contribuir para a delimitação e caracterização do objeto de investigação, para a elaboração dos objetivos, do problema e para a identificação das categorias centrais da abordagem teórico-metodológica de determinada pesquisa. (Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004).

No presente artigo discorremos sobre as principais etapas e contribuições do Estado da Questão em uma pesquisa que abordou o tema da educação rural e

educação do campo nas políticas públicas brasileiras das duas últimas décadas.

As políticas públicas educacionais voltadas ao meio rural não são uma novidade das últimas décadas no Brasil, já em 1930 a formação dos trabalhadores do campo constituía uma das preocupações por parte do Estado. O projeto nacional-desenvolvimentista que emergia na época, considerava fundamental uma formação que promovesse a adaptação e fixação dos sujeitos ao campo. A educação rural ou ruralismo pedagógico, como ficou conhecida a formação destinada aos trabalhadores do campo nesse período, era vista como um meio eficaz para isso.

O ruralismo pedagógico do projeto nacional-desenvolvimentista e as políticas públicas de educação do campo das últimas duas últimas décadas no Brasil apresentam muitos aspectos distintos que nos impedem de afirmar uma continuidade no projeto do Estado para a formação dos trabalhadores do campo. A concepção de Educação do Campo adotada pelas políticas das últimas décadas tem origem nos movimentos sociais populares, a partir de sua luta pela terra, e surge como oposição à perspectiva da educação rural ou ruralismo pedagógico, que visava uma formação adequada às necessidades do modelo produtivo e as demandas do projeto capitalista para o campo. Em

sentido antagônico, a Educação do Campo, em sua concepção originária, visa a formação dos trabalhadores no sentido da construção de outra hegemonia.

Diante de perspectivas radicalmente opostas, consideramos que, embora a política pública de Educação do Campo represente uma conquista dos movimentos sociais, é preciso que seja analisada com atenção especial às possíveis contradições entre os propósitos do Estado e a perspectiva defendida pelos movimentos sociais populares do campo.

Foi dessa forma que o Estado da Questão constituiu uma etapa fundamental para a proposição de nossa investigação, pois além de possibilitar uma visão mais ampla do conhecimento produzido no campo específico de inserção da pesquisa, permitiu a percepção das principais contradições que envolvem o tema investigado. Além disso, contribuiu para a delimitação do objeto de estudos e para a elaboração das questões e da hipótese de pesquisa.

Como procedimento metodológico, seguimos os usuais em uma pesquisa bibliográfica (Gil, 1994), ou seja: a) delimitar as fontes de busca; b) inventariar o material de interesse; c) realizar a leitura preliminar dos resumos e conclusões; d) selecionar as fontes fundamentais e realizar leitura da totalidade; e) retomar o material,

já com a intencionalidade analítica; f) relacionar com o processo de construção do objeto de estudo, explicitando as sínteses provisórias.

Com o artigo, pretendemos destacar que o Estado da Questão constitui etapa fundamental para o processo de transição do fenômeno social para objeto científico nas pesquisas em Educação. Além disso, especificamente em relação às investigações sobre a Educação do Campo, pretendemos enfatizar a importância dessa etapa da pesquisa para a exposição das principais contradições entre Educação do Campo e Educação Rural e assim, procuramos elucidar sua contribuição para que os estudos sobre a temática ultrapassem o caráter descritivo e avancem no sentido das críticas necessárias.

Para tanto, em um primeiro momento, apresentamos o resultado do processo inicial de imersão na produção de conhecimento sobre a educação das populações que vivem no campo. Num segundo momento, apresentamos o caminho realizado no processo de caracterização e delimitação do objeto específico de estudo, a formação dos trabalhadores do campo. Por fim, analisamos as contribuições das diferentes etapas do Estado da Questão para a elaboração da hipótese e tecemos algumas considerações sobre a importância desse

procedimento para a consolidação do caráter científico das pesquisas em Educação.

A produção do conhecimento sobre educação rural, educação do campo e políticas públicas: aspectos gerais revelados pelo Estado da Questão

Como forma de atingir uma compreensão ampliada sobre a inserção do nosso objeto de estudos no campo do conhecimento, através do Estado da Questão, realizamos um levantamento das produções científicas na área da educação sobre educação rural, educação do campo e políticas públicas, concluídas nas duas últimas décadas no Brasil. Além de aspectos gerais relativos à produção do conhecimento sobre o tema, esse momento foi fundamental para as primeiras delimitações do nosso objeto de estudo e evidenciou também algumas questões relevantes a serem abordadas na pesquisa.

Durante a busca evidenciamos que as políticas públicas de educação do campo têm constituído um tema recorrente nas pesquisas da área da educação nas últimas décadas. Entre os fatores que contribuíram para o crescente interesse de pesquisadores pela temática podemos destacar o lançamento de políticas específicas para a educação do campo no período e, também, à constituição de linhas e grupos de pesquisa sobre a temática em diferentes

instituições de pós-graduação na área da educação, bem como à criação de cursos específicos de licenciatura em educação do campo. É importante salientar que a crescente organização dos movimentos sociais populares do campo na luta pelo direito à educação foi o principal motivo de uma maior visibilidade sobre o tema, culminando em políticas públicas e espaços de discussão no meio acadêmico brasileiro.

Em um primeiro momento da busca, três estudos realizados nos auxiliaram a caracterizar o processo de produção científica sobre os temas da educação rural, educação do campo e políticas públicas. Dois deles encontramos na forma de artigos disponibilizados na Plataforma Scielo. São eles o artigo de Maria Nobre Damasceno e Bernadete Beserra (2004), intitulado “Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas”, e a investigação de Maria Antônia Souza sob o título “Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica”, artigo publicado em 2008 e discutido no Grupo de Trabalho 3 durante a 31ª Reunião da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED). O terceiro estudo refere-se aos resultados do I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo (2005), compilados no material organizado por Mônica

Castagna Molina, o qual foi publicado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário em 2006 com o título “Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão”.

Um primeiro aspecto observado após a leitura desses materiais é que ambos evidenciam o crescimento das produções científicas em torno do tema da educação do campo nas últimas décadas. A partir de uma investigação acerca do conhecimento produzido na área de educação sobre a educação rural no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, Damasceno e Beserra (2004) apontam que é possível observar que esse crescimento tem se caracterizado pela ampliação de estudos que focam a temática a partir da perspectiva dos trabalhadores sobre a educação do campo. No entanto, relativamente ao total das pesquisas realizadas na área, as autoras destacam que os estudos sobre educação no meio rural no período investigado continuavam marginais em termos quantitativosⁱ.

Entre alguns dos motivos que observam para este fato destacam-se os limitados recursos investidos nas políticas públicas para o meio rural e a dificuldade de financiamento para pesquisas sobre o temaⁱⁱ. Para as autoras, o desinteresse dos pesquisadores sobre o tema reflete o

desinteresse estatal pelos problemas relativos ao meio rural.

Os resultados da pesquisa realizada por Maria Antônia Souza sobre a produção do conhecimento em educação do campo e movimentos sociais no período de 1987 a 2007 corroboram com o que apontam Damasceno e Beserra (2004). No período investigado por Souza (2008a), houve um crescimento das pesquisas relativas ao tema da educação no meio rural, sem se alterar a disparidade quantitativa em relação ao total de pesquisas na área, conforme analisam Damasceno e Beserra (2004).

Para Souza (2008a), o crescimento no número de pesquisas e, sobretudo, a nova configuração que estes estudos têm apresentado, em oposição ao paradigma da educação rural, são resultados da crescente organização dos movimentos sociais do campo, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em seu setor de educação. Esse foi um dos aspectos característicos das produções sobre o tema segundo o que observamos com as leituras realizadas.

Sobre as diferentes perspectivas adotadas nas pesquisas sobre educação no meio rural, Souza (2008b) evidencia que

A perspectiva da educação rural tem origem na esfera das políticas governamentais, uma educação pensada para os povos do campo. Os

autores que discutem educação rural geralmente mencionam as políticas públicas, a fragilidade da formação dos professores e a precariedade das condições do trabalho pedagógico, da infraestrutura etc. Já, os autores que analisam educação do campo trazem o debate para o contexto dos movimentos sociais. (Souza, 2008b, p. 2).

Os resultados do I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo (2005) confirmam o aspecto do crescimento das pesquisas relacionadas à educação no meio rural e explicitam a mudança paradigmática dos estudos que partem da perspectiva da educação do campo, realizados entre 2000 e 2006, data da publicação. Nesse material Molina (2006) destaca outro aspecto importante que caracteriza as produções do período: a presença de divergências entre os pesquisadores e movimentos aliados em relação ao processo de mudança necessário no campo e a convivência com determinadas características do modelo econômico vigente, o que constitui elemento fundamental para se pensar o papel da educação do campo. Nas leituras realizadas a partir do Estado da Questão, localizamos algumas dessas divergências que foram centrais para a elaboração de nossa hipótese de pesquisa, conforme demonstraremos adiante.

Ainda, no material referente ao encontro, Arroyo (2006) realizou uma

síntese sobre os principais resultados das pesquisas apresentadas e, com base neles, aponta alguns desafios para a pesquisa sobre educação do campo. Entre esses desafios destacamos aqueles que auxiliaram na delimitação do tema e da questão da pesquisa, como a necessidade apontada pelo autor de pesquisas que investiguem a produção histórica das desigualdades no campo e, conseqüentemente, na educação do campo, com base na articulação entre as diferentes áreas do conhecimento.

Arroyo (2006) questiona a capacidade das políticas universalistas que, segundo ele, seguem um padrão generalista, na superação dessas desigualdades. Segundo ele, no atual período histórico “torna-se urgente promover políticas e ações afirmativas”. (Arroyo, 2006, p. 104), visto que a história está mostrando que as políticas generalistas têm agido no sentido da reprodução das desigualdades.

Outro desafio apresentado pelo autor que destacamos como relevante para a pesquisa proposta, diz respeito à necessidade de investigação sobre a dinâmica do campo e os processos de reprodução ou superação das desigualdades. Segundo Arroyo (2006), a expansão do agronegócio tem polarizado ainda mais as desigualdades no campo e

por isso torna-se imprescindível investigar as tensões e paradigmas em contradição no campo: “Pesquisar em que direção estariam esses movimentos e essa dinâmica superando ou acentuando desigualdades”. (Arroyo, 2006, p. 105). Como constatamos nas teses e dissertações lidas, outros autores alertam para o entendimento de que a dinâmica do sistema capitalista de expansão e acumulação tem expressado a tentativa de inclusão desses diferentes paradigmas em um mesmo projeto de sociedade, ocultando as contradições de classe que se encontram em sua base constitutiva.

Um último desafio posto por Arroyo (2006) que contribuiu para a elaboração da proposta de pesquisa trata da necessidade de pesquisar os processos que ameaçam a produção da existência no campo, como a questão do território por exemplo. Para o autor, estes aspectos devem ser investigados antes de pesquisar a escola por dentro. Consideramos que a pesquisa sobre as políticas públicas educacionais também necessita desta investigação anterior.

Em síntese, os desafios postos por Arroyo (2006) alertam para a necessidade de que o estudo sobre educação do campo, em seus diferentes aspectos, não ocorra de forma desvinculada de uma investigação aprofundada sobre a realidade do campo e

sua dinâmica, buscando analisar as contradições que se apresentam nesse contexto e, assim, superando estudos com caráter descritivo e linear sobre a história da constituição da desigualdade no campo. No caso específico do nosso tema de estudo – a formação dos trabalhadores do campo proposta pela atual política pública de educação do campo no Brasil –, percebemos o quanto é imprescindível à investigação sobre o projeto de desenvolvimento capitalista em curso e sobre as contradições específicas que ele apresenta no contexto dinâmico do campo.

Somada aos aspectos analisados por Damasceno e Beserra (2004) e Souza (2008a; 2008b) sobre o processo de produção do conhecimento em educação rural e educação do campo, a síntese apresentada por Arroyo (2006) oportunizou um panorama geral das pesquisas em educação do campo dos últimos anos, o que nos possibilitou uma melhor inserção no campo da produção de conhecimentos sobre o tema a ser investigado.

Na sequência, apresentamos o processo pelo qual procuramos nos apropriar dos estudos que abordam especificamente o tema da pesquisa e enfatizamos as principais contribuições do Estado da Questão na caracterização e delimitação do objeto de estudo.

As principais contribuições do Estado da Questão na delimitação do objeto de estudo

Para uma apropriação mais específica do conhecimento já produzido sobre o objeto de estudo, procuramos realizar uma investigação em torno das pesquisas que focam a temática das políticas públicas de educação do campo ou educação rural nas últimas décadas. Com base nesses estudos, procuramos delimitar o objeto de estudo – a formação do trabalhador do campo – indicando a questão central a ser investigada em nossa pesquisa. Para tanto, primeiramente fizemos uma pesquisa ao Banco de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).ⁱⁱⁱ

A seleção dos critérios para o recorte de tempo foi um elemento importante na delimitação do objeto, pois exigiu a indicação de marcos históricos relevantes para a temática. Assim, a busca compreendeu o período entre 2001 – ano em que o Conselho Nacional de Educação (CNE) lançou o relatório que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – e 2016, quando se consolidou a ruptura com o projeto neodesenvolvimentista a partir do impeachment da presidenta Dilma

Rousseff. Para a busca foram utilizadas as expressões *educação do campo*, *educação rural*, *política pública*, sendo selecionadas inicialmente teses e dissertações exclusivamente da área educacional que apresentaram pelo menos duas das expressões em seus títulos e/ou resumos.

Nessa primeira etapa, encontramos um total de 62 produções que corresponderam aos critérios da busca: 49 dissertações concluídas entre os anos de 2005 e 2014, e 13 teses concluídas entre os anos de 2005 e 2015^{iv}.

Na sequência, de modo a identificar o objeto de estudo de cada uma das pesquisas, após uma leitura exploratória dos títulos e resumos, as dissertações foram agrupadas em cinco temas e as teses foram agrupadas em sete temas. O agrupamento permitiu observar que há uma diversidade de temas nas produções que abordam a relação entre política pública, educação do campo e educação rural, mas que, no entanto, é sobre o tema “análise de políticas públicas de educação do campo em contextos específicos” que se encontra um número maior de dissertações e teses. Neste grupo, encontramos pesquisas que analisam as propostas e/ou impactos da implementação de diferentes programas ou orientações legais referentes à educação do campo em contextos específicos, como

escolas rurais, assentamentos da reforma agrária, municípios ou estados.

Embora se considere que toda busca apresenta limites e pode deixar de fora algum estudo sobre a temática, é importante destacar que não encontramos nenhuma pesquisa com o mesmo objetivo que havíamos indicado: evidenciar a caracterização do projeto de formação do trabalhador do campo proposto pelo Estado na atualidade e sua relação com o projeto neodesenvolvimentista, o que indicou o potencial de novidade de nossa pesquisa.

O potencial de uma pesquisa evidenciar novidades sobre o objeto investigado é um dos aspectos fundamentais revelados pelo Estado da Questão e pode indicar a relevância da mesma para o campo científico. Entretanto, como enfatiza Morosini (2015) o fato de não se encontrar estudos com o mesmo foco da investigação pode indicar uma falta de informação por parte do (a) pesquisador (a), uma vez que toda investigação de caráter científico deve estar inscrita em um *continuum* em relação às investigações que a precedem.

O Estado da Questão é, portanto, o processo pelo qual o pesquisador situa sua proposição de pesquisa no campo do conhecimento, de modo a avaliar e enfatizar sua relevância histórica, social e científica. Para tanto, é fundamental que

proposição da pesquisa indique quais conhecimentos produzidos sobre o tema constituem seu ponto de partida e quais as lacunas do conhecimento acumulado se propõe a suprir.

Foi o que procuramos fazer. A partir da leitura exploratória dos resumos, selecionamos as dissertações e teses^v que apresentam indicativos importantes sobre o nosso objeto de estudo, tendo em vista sua maior proximidade com o tema da pesquisa. Nesse momento procuramos seguir alguns cuidados destacados por Morosini (2015) para a seleção e leitura dos materiais. A autora afirma a necessidade de seguir um método de organização, realização e tratamento das leituras. Entre os cuidados enfatizados pela autora, destacamos aqueles que foram importantes para a seleção e leitura do corpus de análise.

Tal como recomenda Morosini (2015, p. 106), procuramos não sobrecarregar o número de materiais a serem lidos, pois “é preferível ler de modo aprofundado e crítico alguns textos bem escolhidos a ler superficialmente milhares de páginas ...”. Nesse sentido, foi preciso priorizar documentos nos quais os autores não apresentam apenas dados descritivos sobre o tema, mas que realizem problematizações, análises e interpretações. Outro cuidado que

procuramos seguir foi a busca por abordagens com diversificadas perspectivas teórico metodológicas, o que possibilita localizar as contradições que constituem o objeto no plano histórico e os dissensos entre diferentes autores que o abordam em suas pesquisas.

Com base nesse aspecto e com o objetivo de apreender as principais contradições que permeiam o conjunto das políticas públicas de educação do campo, selecionamos, para uma leitura mais detalhada, duas dissertações e as três teses que abordam a relação entre movimentos sociais e o Estado.

As teses e dissertações analisadas enfatizam principalmente três aspectos que caracterizam as políticas públicas de educação do campo das duas últimas décadas no Brasil: 1- a crescente organização dos movimentos sociais populares do campo que têm pressionado o Estado por políticas específicas; 2- o enfrentamento de pelo menos dois projetos distintos e antagônicos de desenvolvimento para o campo na proposição de políticas públicas de educação para o meio rural; e 3- a possível conjunção, realizada na proposição do Estado, dessas diferentes perspectivas em confronto na proposição da política pública de educação do campo.

A seleção dos estudos relacionados de forma mais específica ao objeto,

possibilitou a identificação dos aspectos que já foram pesquisados sobre as políticas públicas de educação do campo, aqueles que ainda não foram pesquisados e, sobretudo, as necessárias revisões ou continuidades de estudos já realizados. A partir da leitura das teses e dissertações evidenciamos a necessidade de uma análise focada na formação dos trabalhadores do campo proposta pelas políticas públicas de educação do campo nas últimas décadas.

Foi nesse momento que delimitamos nosso objeto como ‘a formação dos trabalhadores do campo proposta pelas políticas públicas de educação do campo’, diante da percepção de que, até aquele momento, esse tema não havia sido investigado a partir do objetivo que havíamos proposto. Assim, encontramos a possibilidade de investigar um aspecto ainda inédito sobre nosso objeto, algo que daria continuidade às pesquisas já realizadas e que de alguma forma, apresenta relevância tanto para o campo científico, como para o campo histórico e social.

Além disso, as constatações e indagações que encontramos ao longo da leitura das teses e dissertações, culminaram na elaboração da questão central da pesquisa: ‘a partir de sua relação com o projeto capitalista de desenvolvimento político, econômico e sociocultural, como

se caracteriza a formação dos trabalhadores, segundo a perspectiva do Estado, expressa no conjunto das políticas públicas de Educação do Campo vigentes no Brasil entre os anos 2001 e 2016?’.

Com o objetivo de caracterizar historicamente a formação dos trabalhadores do campo e analisar como ela é abordada nas pesquisas científicas das últimas décadas, realizamos o segundo momento da busca. Seguindo os critérios já apresentados, localizamos artigos e grupos de pesquisa sobre o tema por meio da Plataforma Scielo e nos Grupos de Trabalho 3, 5 e 6 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), que contemplam os temas ‘Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos’, ‘Estado e Política Educacional’ e ‘Educação Popular’ e que, portanto, poderiam apresentar estudos que contribuíssem com a investigação proposta.

Nessa etapa da investigação, percebemos divergências entre alguns autores quanto ao potencial dessas políticas na proposição e construção de um projeto alternativo para o campo, na perspectiva da superação das relações de produção capitalistas no campo.

A partir dessa constatação, iniciamos a busca por estudos que procuraram caracterizar historicamente a formação dos

trabalhadores do campo no Brasil, etapa fundamental na elaboração de nossa hipótese de pesquisa, conforme apresentaremos no próximo item.

O Estado da Questão e a elaboração da hipótese de pesquisa

As diferentes etapas do Estado da Questão contribuíram para a elaboração de nossa hipótese de pesquisa. A primeira contribuição foi possibilitar a percepção mais geral sobre as produções relacionadas à temática das políticas públicas de educação do campo na área da educação. A percepção sobre as circunstâncias históricas que marcam o processo de produção do conhecimento sobre a temática, possibilitou evidenciar os principais motivadores e os obstáculos com que essas pesquisas se deparam. Além disso, o Estado da Questão possibilitou identificar os grandes temas que foram priorizados nas pesquisas sobre educação rural, educação do campo e políticas públicas educacionais nas últimas décadas no Brasil e os temas pouco investigados que apresentam alguma relevância social e científica.

Em seguida, direcionamos nossas buscas para as pesquisas realizadas nas últimas duas décadas no Brasil, período em que, diante da crescente organização dos movimentos sociais populares do campo,

emergem as políticas específicas de educação do campo. Como destacamos anteriormente, essa segunda etapa contribuiu para a delimitação do objeto de pesquisa e para a elaboração da questão central a ser investigada.

A partir disso, observamos a necessidade de realizar a terceira etapa de nossa busca, na qual localizamos artigos relacionados ao objeto de estudos, momento fundamental para sua caracterização histórica. Nessa etapa, realizamos uma leitura detalhada dos artigos encontrados procurando localizar as principais contradições históricas que envolveram a formação dos trabalhadores do campo no Brasil.

Entendemos que o Estado da Questão, de acordo com as opções teórico-metodológicas do (a) pesquisador (a), pode assumir uma função apenas descritiva no âmbito da pesquisa, no entanto, isso limita significativamente sua contribuição para o campo da ciência. Consideramos que apesar de seu caráter inventariante, o Estado da Questão pode ultrapassar a descrição, possibilitando a interpretação do fenômeno da produção do conhecimento, sintetizando as possíveis contradições que o envolvem, tanto no campo teórico e/ou metodológico como em relação aos seus condicionantes históricos, sociais, políticos e econômicos. Assim, além de oportunizar

a inserção do pesquisador em seu tema de pesquisa e evidenciar as lacunas que apontam possibilidades de novas investigações, pode contribuir para a ruptura com os preconceitos iniciais sobre o tema e objeto de pesquisa (Morosini, 2015).

A síntese das contradições que envolvem o objeto de estudos foi fundamental para avançarmos no sentido da ruptura com os pré-conceitos iniciais da pesquisa e para abordarmos cientificamente o objeto. Como destaca Morosini (2015)

O indivíduo, quando inicia um trabalho científico, está minado de crenças e de saberes sobre o tema que escolheu investigar. E, para que ocorra a transformação do fato social em científico, há que se buscar um afastamento deste cotidiano. A isto se denomina o processo de ruptura com os seus pré-conceitos. (Morosini, 2015, p. 106).

Segundo a mesma autora

Quando falamos em quebra de preconceitos, não significa dizer que a pesquisa não tem viés ideológico. Autores consagrados da área das ciências sociais (Albarello et al., 2005) reconhecem tal fato. Desde a escolha do objeto até a forma de compreendê-lo, o pesquisador está eivado de posições sobre a temática. Com a fase da ruptura, busca-se minimizar os pré-conceitos, e a metodologia é fator imprescindível. (Morosini, 2015, p. 106).

Nesse sentido, para minimizar a influência dos nossos pré-conceitos iniciais, além de localizar as contradições que caracterizam nosso objeto no plano histórico, procuramos localizar pesquisas que apresentam abordagens e perspectivas variadas sobre nosso objeto. A partir dessas pesquisas localizamos os principais dissensos entre os pesquisadores da formação dos trabalhadores do campo e da política pública de educação do campo. A leitura dos diferentes artigos encontrados permitiu a elaboração de questionamentos mais específicos sobre o objeto de estudos e a localização de categorias e conceitos que assumiram importância central em nossa pesquisa.

Com isso elaboramos a hipótese da pesquisa na qual afirmamos que: ‘o Estado brasileiro, em seu projeto neodesenvolvimentista, direcionou a política de educação voltada aos trabalhadores do campo, na perspectiva de um novo ruralismo pedagógico’.

Durante a investigação do Estado da Questão, selecionamos três estudos que foram fundamentais para a elaboração da hipótese de pesquisa. O primeiro foi a tese de Luiz Bezerra Neto (2003), defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sob o título “Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil”. Neste estudo, Bezerra Neto (2003) discute

as rupturas e permanências da educação rural no Brasil, a partir de uma análise sobre a relação entre o projeto educativo proposto pelos defensores do ruralismo pedagógico na primeira metade do século XX e o projeto educacional defendido pelo MST a partir do final do mesmo século. O autor evidencia que, embora a distância temporal, é possível observar a aproximação entre as duas perspectivas pedagógicas especialmente no que diz respeito à estratégia de sedentarização do trabalhador rural ao campo. No entanto enfatiza os diferentes e antagônicos projetos de sociedade que embasam estas perspectivas. Enquanto o MST entende a educação como uma das estratégias do projeto de uma sociedade socialista, o ruralismo pedagógico defende um projeto de “ruralização” atrelado ao desenvolvimento capitalista. Bezerra Neto (2003) também destaca que são as condições reais de produção que determinam a forma de vida destes trabalhadores e não a educação, e alerta para os limites do otimismo pedagógico que está presente especialmente na perspectiva do ruralismo pedagógico.

Conforme já destacado, o ruralismo pedagógico é uma concepção de educação que predominou a partir da década de 1930, visando adequar a escola do campo às necessidades do sistema capitalista da

época. Com o intuito de evitar o êxodo rural, aumentar a produção agrícola e evitar os conflitos agrários, promovia o ideário de que a escola do campo deveria contribuir para a acomodação e manutenção dos sujeitos do campo no campo.

Os diferentes artigos que selecionamos para a leitura, observam que a preocupação do Estado com a formação dos trabalhadores do campo, que emerge no Brasil junto ao projeto nacional-desenvolvimentista da década de 1930, deve-se ao entendimento de que a educação é propulsora do desenvolvimento e capaz de promover a consolidação das bases nacionais.

A pesquisa de Bezerra Neto (2003) instigou-nos a refletir sobre a possibilidade de o Estado estar assumindo a perspectiva de um novo ruralismo pedagógico ao incorporar as demandas dos movimentos sociais às políticas públicas educacionais do campo, ou seja, estar aderindo àquilo que da proposta pedagógica do MST, um dos principais movimentos sociais proponentes dessa política, possa vigorar na perspectiva do ruralismo pedagógico no referente a uma proposta de formação dos trabalhadores do campo atrelada às necessidades do atual projeto de desenvolvimento capitalista.

Um segundo estudo^{vi}, ao qual tivemos acesso através de um artigo, corrobora essa possibilidade. Hidalgo e Mikolaiczuk (2012, p. 108) questionam a afirmação de que “... as propostas para a Educação do Campo implementadas nos anos 1990, são fruto exclusivo da mobilização popular e que diferem essencialmente das políticas para a área difundidas nos anos 1950 ...”, e que deram continuidade às propostas do ruralismo pedagógico da década de 1930.

Parte dos resultados da referida pesquisa é apresentada no artigo “A busca do dissenso para a compreensão das influências dos organismos internacionais no desenvolvimento da educação rural nos anos 1950 à educação do campo após os anos 1990”, onde as autoras discutem as influências de organismos internacionais na definição de projetos, programas e políticas públicas direcionados à educação que se realiza no campo e a relação dessas influências com o projeto de desenvolvimento sustentável e agricultura familiar.

Hidalgo e Mikolaiczuk (2012) afirmam que

No que tange a formação do homem do campo, a educação rural dos anos 1950 tinha o objetivo de instruir melhor esse trabalhador para modernizar as bases da agricultura brasileira, além de criar um sentimento nacionalista em relação ao desempenho que o país começava

a apresentar nesse momento no cenário da economia mundial. As interferências da UNESCO nas campanhas, projetos e programas desenvolvidos em solo brasileiro mostram que a educação no Brasil em 1950, assim como em 2011, pouco tem de nacional, embora a ideologia populista tente mascarar o velho pragmatismo americano apresentando-o como novo paradigma educacional brasileiro. (Hidalgo & Mikolaiczuk, 2012, p. 5).

Com base nessa constatação e na evidência de algumas aproximações entre as propostas da década de 1950 e dos anos 1990 em relação à formação dos trabalhadores do campo, as autoras explicitam a influência de organismos internacionais nas políticas de educação voltadas ao meio rural no Brasil e o intuito dessas políticas em promover e/ou ajustar a inserção do país no sistema global capitalista. Esse estudo indicou para nossa pesquisa, a necessidade de analisar a influência dos organismos internacionais nas políticas de educação do campo como importante aspecto para compreender a formação proposta. Além disso, reafirmou a necessidade de análise sobre o papel que essa formação assume no projeto de desenvolvimento em curso.

O terceiro estudo que apresentou indicativos importantes para a proposição de nossa pesquisa foi uma investigação realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado,

Sociedade e Educação (GP-TESE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). A pesquisa teve como ponto de partida a constatação do crescimento na importância atribuída à formação do trabalhador, especialmente a partir das mudanças econômicas e políticas da década de 1990.

As diferentes etapas da pesquisa apresentadas corroboram a afirmação de que o Estado capitalista tende a estabelecer processos formativos que estejam compatíveis com as necessidades de reprodução do capital, mas que esse processo pode encontrar seus limites não apenas nas formas de resistência da classe trabalhadora como também na própria natureza revolucionária do modo de produção capitalista, que tende a transformar constantemente sua base técnica. Segundo Cêa (2007), para o Estado capitalista as políticas públicas educacionais podem cumprir um papel importante, não apenas na formação da mão de obra necessária à expansão do capital, como também na disseminação de uma determinada ideologia que promova a ‘adesão’ ao paradigma dominante.

Desse modo, a referida pesquisa contribuiu para reforçarmos a necessidade de uma análise mais abrangente sobre o lugar da formação do trabalhador do campo proposta pelo Estado por meio das

políticas públicas de educação do campo, no atual projeto de desenvolvimento capitalista.

A exemplo da pesquisa relatada, observamos também a necessidade de analisar, além dos documentos da política em estudo, os principais programas e políticas de desenvolvimento, especialmente aqueles destinados ao campo, no período que circunda a ampliação das políticas públicas específicas para a educação do campo das últimas décadas.

Conforme procuramos explicitar, essas três pesquisas localizadas a partir do Estado da Questão, apresentaram indicativos fundamentais para a proposição de nossa hipótese de pesquisa. As problematizações apresentadas pelas diferentes investigações contribuíram para a problematização do nosso objeto de estudo, a formação dos trabalhadores do campo proposta pelas políticas públicas educacionais no contexto do projeto neodesenvolvimentista das duas últimas décadas. Os diferentes apontamentos sintetizados a partir das leituras, nos instigaram a questionar se as políticas públicas educacionais das últimas décadas estariam propondo uma formação fundamentada na perspectiva da educação do campo, conforme almejam os movimentos sociais populares do campo,

ou se essa formação, diante das demandas do projeto neodesenvolvimentista, estaria assumindo a perspectiva de um novo ruralismo pedagógico. A realização do Estado da Questão foi fundamental para a constituição da proposição de pesquisa, conforme procuramos demonstrar.

Considerações finais

Como enfatizamos ao longo do artigo, entendemos que o Estado da Questão pode contribuir para evidenciar lacunas ainda não preenchidas pelo conhecimento já produzido sobre o tema de pesquisa e, a partir disso, pode também contribuir para a elaboração de novas questões sobre o objeto de estudo. Entretanto, consideramos que a principal contribuição dessa etapa da pesquisa se refere à possibilidade de ultrapassar o caráter descritivo sobre a produção de conhecimento relativo à temática da pesquisa, o que exige que o (a) pesquisador (a) assumam uma postura questionadora e crítica diante do conhecimento já produzido sobre o tema que investiga. Para isso, enfatizamos a necessidade de não se limitar à análise de pesquisas que apresentam a mesma perspectiva teórico-metodológica, de modo que possa apreender os dissensos entre pesquisadores (as) do tema e assim, possa avançar na

construção de um conhecimento crítico, reflexivo e não apenas descritivo.

Em nossa pesquisa procuramos superar o caráter descritivo ao evidenciar os principais dissensos que envolvem as políticas públicas de educação do campo. Ao possibilitar um conhecimento mais aprofundado dos aspectos teóricos e metodológicos da produção de conhecimento sobre a educação rural, educação do campo e políticas públicas, o Estado da Questão também possibilitou apreender as principais contradições históricas que constituem o objeto de pesquisa.

O Estado da Questão permitiu ainda romper com os pré-conceitos iniciais e abordar o objeto de forma científica. Nesse sentido, constituiu uma etapa fundamental da pesquisa, contribuindo para delimitar o objeto, problematizar as questões iniciais e elaborar a questão central e a hipótese, além de indicar referências bibliográficas importantes para o estudo e evidenciar a necessidade de ampliar o *corpus* de documentos a ser analisado.

Com base em nossa abordagem procuramos destacar a importância do Estado da Questão nas pesquisas acadêmicas sobre educação do campo, não apenas como forma de situar a investigação na área do conhecimento, mas principalmente por sua contribuição na

transição da abordagem do fenômeno social para o conhecimento científico em uma perspectiva crítico reflexiva.

Referências

Anhaia, E. M. (2010). *Constituição do Movimento de Educação do Campo na luta por políticas de Educação* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Antônio, C. A. (2010). *“Por uma Educação do Campo”*: um movimento popular de base política e pedagógica para a educação do campo no Brasil (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Arroyo, M. G. (2006). A escola do campo e a pesquisa do campo. In Molina, M. C. (Eds.). *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão* (pp. 103-116). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Bezerra Neto, L. (2003). *Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Cêa, G. S. S (Ed.). (2007). *O Estado da Arte da formação do trabalhador no Brasil*. (1ª Ed.) Cascavel: EDUNIOESTE.

Damasceno, M. N., & Beserra, B. (2004). Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, 30(1), 73-89. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000100005>

Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, 23(79), 257-272. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (4º Ed.). São Paulo: Atlas.

Hidalgo, A. M., & Mikolaiczuk, F. A. (2012). A busca do dissenso para a compreensão das influências dos organismos internacionais no desenvolvimento da educação rural nos anos 1950 à educação do campo após os anos 1990. *Revista HISTEDBR*, 12(47), 108-121. <https://doi.org/10.20396/rho.v12i47.8640042>

Molina, M. C. (Ed.). (2006). *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão* (pp. 9-14). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Morosini, M. C. (2015). Estado de conhecimento e questões do campo científico. *Educação*, 40(1), 101-116. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644415822>

Nascimento, C. G. (2009). *Educação do Campo e Políticas Públicas para além do capital: hegemônias em disputa* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.

Nóbrega-Therrien, S. M., & Therrien, J. (2004). Trabalhos científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico-metodológicas. *Estudos em Avaliação Educacional*, 15(30), 1-12. <http://dx.doi.org/10.18222/ea153020042148>

Rocha, E. N. (2013). *Das práticas Educativas às Políticas públicas: tramas e artimanhas pela Educação do Campo* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.

Santos, C. A. (2009). *Educação do Campo e Políticas públicas no Brasil: a instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito à educação* (Dissertação de

Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

Souza, M. A. (2008a). Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. *Educação & Sociedade*, 29(105), 1089-1111. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400008>

Souza, M. A. (2008b). A pesquisa em educação e movimentos sociais do campo. In Souza, M. A. (Orgs.). *Anais 31ª Reunião Anual da ANPEd: Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação* (pp. 1-17). Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

ⁱ Segundo as autoras, "... a proporção média ao longo do período pesquisado é de doze trabalhos na área de Educação Rural para mil trabalhos nas demais áreas da Educação. Uma porcentagem dezessete vezes inferior à do número de habitantes no campo em relação ao da cidade, se tomarmos como referência os dados estatísticos do IBGE do ano 2000, de acordo com os quais a população rural representa 18,75% da população brasileira". (Damasceno & Beserra, 2004, p. 77).

ⁱⁱ "Em função do financiamento prioritário do Estado de determinadas áreas de pesquisa, as universidades e demais centros de pesquisa acabam também concentrando a sua atenção nas mesmas áreas e deixando de lado áreas que, embora importantes para a sociedade, são marginais aos interesses do Estado que, por sua vez, decide a prioridade dos seus interesses também pressionado pelas instituições internacionais de crédito...". (Damasceno & Beserra, 2004, p. 78).

ⁱⁱⁱ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação e está disponível no site <http://bdtb.ibict.br/vufind/>.

^{iv} Embora o recorte temporal do estudo se estenda até 2016, não encontramos nenhum estudo concluído nesse ano, que se adequasse aos critérios da busca.

^v As dissertações e teses analisadas encontram-se indicadas das referências do artigo: Anhaia (2010),

Santos (2009), Antônio (2010), Nascimento (2009), Rocha (2013).

^{vi} Trata-se dos resultados da pesquisa intitulada "A materialização das propostas para a Educação Rural, elaboradas pelos governos federais e estaduais no período entre 1947-1960, na região de Guarapuava/PR", realizada pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) do Paraná e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 05/08/2019
Aprovado em: 20/01/2020
Publicado em: 30/04/2020

Received on August 05th, 2019
Accepted on January 20th, 2020
Published on April, 30th, 2020

Contribuições no artigo: As autoras foram as responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: As autoras declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Magda Gisela Cruz dos Santos

 <http://orcid.org/0000-0001-8971-9609>

Conceição Paludo

 <http://orcid.org/0000-0003-1567-1651>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Santos, M. G. C., & Paludo, C. (2020). Contribuições do estado da questão na pesquisa sobre política pública, Educação Rural e Educação do Campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e7365. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7365>

ABNT

SANTOS, M. G. C.; PALUDO, C. Contribuições do estado da questão na pesquisa sobre política pública, Educação Rural e Educação do Campo. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 5, e7365, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7365>